

MERVAL PEREIRA



Trocando de lado

• De onde menos se espera, nunca vem nada mesmo, diz o cinismo popular, moderna adaptação de um velho ditado. Mas não é que às vezes vem mesmo, como aconteceu no decorrer desta semana? Partiu de ninguém menos que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso a abordagem de um tema tabu na economia brasileira: a repactuação da dívida interna. É claro que Fernando Henrique não foi tão direto assim ao ponto, como fazia, na campanha presidencial, o candidato Ciro Gomes, por exemplo. E olha que Ciro era acusado de terrorista pelos adversários tucanos.

Pois o ex-presidente, em uma longa entrevista à revista "Primeira Leitura", de propriedade de um antigo colaborador seu, o economista Luiz Carlos Mendonça de Barros — um forte opositor da política ortodoxa adotada nos oito anos do governo Fernando Henrique sob o comando do então ministro Pedro Malan — não só aceitou o tema da "insolubilidade da dívida", como foi mais além.

Dedicou-se a explicar como assunto tão delicado deveria ser encarado. Disse Fernando Henrique, a certa altura: "É preciso uma pedagogia a respeito da dívida. É preciso, primeiro, explicar bem de onde ela vem, não adianta jogar a culpa aqui e ali. Em segundo lugar, é preciso ter condições políticas para isso. (...) Precisa haver a adesão de grupos importantes a uma nova solução, que evite a impressão de se estar propondo o calote. Quando surge a suspeita de que se está propondo o calote, não passa nada. O pessoal tem medo, ainda mais que é dívida interna, que está nas mãos de uma massa imensa de pessoas".

Mais adiante, Fernando Henrique insiste: "Ainda vai levar algum tempo para que todo mundo entenda que, para voltar a crescer — que é o que nós todos queremos — vamos ter que resolver essa questão".

O ex-presidente sugere que "é preciso inovar" em relação à dívida, assim como se fez, com sucesso, com a inflação no Plano Real. Mas é sincero: "E quais são as novas (idéias)? Não tem. Eu acho que pouco a pouco isso vai se constituir".

O ex-presidente ainda faz especulações sobre o futuro: "Vamos imaginar, só por hipótese, que o Lula se reeleja. Será que nessa possível transição ele vai ter condições de propor alguma coisa diferente, ou ele vai estar tão amarrado que não poderá? Outra hipótese: ele perde a eleição. Será que quem vem tem liderança para isso? Ou será que a sociedade já estará, daqui a dois anos, suficientemente amadurecida para avançar?".

Não há uma explicação razoável para a sem cerimônia com que o ex-presidente toca num assunto que antes era proibido, que deixava em quem o abordasse o estigma de irresponsável. Mas, recentemente, houve um encontro do PSDB no Rio sobre emprego que reuniu economistas de várias tendências, onde ficou claro no debate macroeconômico o consenso pessimista sobre o quadro fiscal brasileiro.

Alguns, como Paulo Rabelo de Castro, deixaram implícita a idéia da dramaticidade da situação; outros, como o próprio Luiz Carlos Mendonça de Barros, foram mais explícitos, mas o ex-presidente do Banco Central Ibrahim Eris só faltou falar claramente de calote da dívida. Todos, com exceção do economista Gustavo Loyola, desenvolvem

raciocínios que levavam a uma conclusão: com essa taxa de juros, o equilíbrio fiscal está ameaçado.

O secretário do Tesouro, Joaquim Levy, oriundo do antigo governo — trabalhou no Ministério do Planejamento — e por isso estigmatizado pelos petistas ortodoxos, fica indignado com essa abordagem: "A maneira da gente resolver a questão da dívida não é sair com conversa de fulano e beltrano e tentar convencer as pessoas, que ninguém é maluco de aceitar. A maneira é ter uma equação razoável que permita que as pessoas tenham vontade de investir no país, de olhar para a frente com confiança. Temos que criar as condições de um grande empresário que tenha que fazer a decisão de investir, prefira investir no Brasil do que lá fora", diz ele.

Levy se referiu a "problemas que estão presentes e são um inferno", sem citá-los, mas é fácil entender que estava falando sobre as barreiras ambientais e a indefinição dos marcos regulatórios, que dificultam os investimentos.

A simples suposição, levantada na entrevista de Fernando Henrique, de que haverá de chegar o momento em que a questão da dívida terá que ser discutida com os investidores, irrita Levy: "Vamos começar com o Mendonça de Barros. Ele pega todos os investimentos dele e aceita um corte de 35%. Se ele fizer isso, e arranjar algumas outras pessoas que aceitem conversar sobre isso, aí podemos começar a pensar nesse assunto", diz ele com ironia.

Ele diz que, por essa ótica, o investidor pensa: "Por que eu vou ficar aqui esperando que algum dia alguém sente na mesa e diga que eu tenho que entregar 30% do meu investimento, ao invés de pegar meu dinheirinho e investir no Canadá, na Conchinchina, ou qualquer outro lugar?". Para Levy, nesse caso a opção é "ou você fecha o país, e todo mundo vai sair antes de você fechar. Só vai ficar aqui um bando de gente empobrecida. Ou então a gente faz o trabalho que estamos fazendo, com paciência, e vamos a cada dia ter um pequeno avanço".

O secretário do Tesouro disse que tem "absoluta convicção de que os juros vão cair". E diz que a maneira de conseguir isso é acertar a parte de investimentos, garantindo a sua sustentabilidade, e otimizar os gastos do governo, para não sufocar a economia com aumento da carga tributária. Ele diz que esse "é um firme compromisso do governo".

A distância entre o desejo e a realidade, no entanto, é grande, como demonstra a notícia que está nos jornais de hoje de que o governo estuda aumentar a contribuição previdenciária das empresas para pagar aos inativos que ganharam processos na Justiça. (Continua amanhã)